

3

GISELLE GOMES BEZERRA

CONSELHO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO

Desenho jurídico-institucional
da participação social

Prefácio
Maria Paula Dallari Bucci



FORUM



GISELLE GOMES BEZERRA

Prefácio

MARIA PAULA DALLARI BUCCI

CONSELHO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO
DESENHO JURÍDICO-INSTITUCIONAL
DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

VOL. 3

Aos olhos do leigo, a participação social costuma ser concebida como positiva. Entretanto, esse mecanismo pode funcionar cooptado por grupos de interesse, distorcendo a democracia ou acentuando os seus problemas. Nesta obra examina-se um Conselho, importante e antigo, que passou por profundas alterações desde a sua criação e que provê normas que compõem a Política Nacional Educacional, hoje denominado Conselho Nacional de Educação e que, desde o início da década de 1990, é duramente criticado por denúncias de favorecimento e clientelismo. A participação de grupos de interesse no processo de escolha de seus membros pode, como será visto, provocar tanto a sub-representação na seleção dos membros ligados à sociedade civil organizada quanto a super-representação desses grupos.

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL

Áreas afins

Direito Constitucional, Direito Público, Desenho jurídico-institucional da participação social. Conselho Nacional de Educação. Forma de escolha dos Conselheiros. Sociedade civil organizada. Participação de grupos de interesse. Políticas públicas.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 10003398

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B574c	Bezerra, Giselle Gomes
	Conselho Nacional de Educação: desenho jurídico-institucional da participação social / Giselle Gomes Bezerra. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.
	242p. ; 14,5cm x 21,5cm. – (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas ; v.3)
	ISBN: 978-65-5518-442-6 ISBN da coleção: 978-65-5518-447-1
	1. Direito Constitucional. 2. Direito Público. 3. Desenho jurídico-institucional da participação social. 4. Conselho Nacional de Educação. 5. Forma de escolha dos Conselheiros. 6. Sociedade civil organizada. 7. Participação de grupos de interesse. 8. Políticas públicas. I. Título. II. Série.
	CDD 342 CDU 342
2022-2184	

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BEZERRA, Giselle Gomes. *Conselho Nacional de Educação: desenho jurídico-institucional da participação social*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 3). 242p. ISBN 978-65-5518-442-6.

GISELLE GOMES BEZERRA

Mestra em Direito, área de concentração Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura e bacharel em Direito pela Faculdade das Américas. É advogada em São Paulo especializada em Direito Administrativo e Constitucional. Presta consultoria jurídica na área de Administração Pública Municipal e é professora universitária.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	15
PREFÁCIO	
SELO DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E PARTICIPATIVA	25
1.1 A democracia participativa como espécie entre as formas democráticas	34
1.2 Os limites da participação popular no curso do processo decisório.....	36
1.3 Os atores envolvidos no processo participativo: entidades e segmentos da sociedade civil organizada	40
CAPÍTULO 2	
A INSTITUCIONALIZAÇÃO JURÍDICA DA PARTICIPAÇÃO	49
2.1 Institucionalização e desenho jurídico-institucional	49
2.1.1 A relevância do desenho jurídico-institucional para a efetividade da participação: atos normativos que lhe prestam apoio.....	57
2.2 O desenho jurídico-institucional e os seus efeitos sobre a participação de grupos de interesse	61
2.3 Participação social no direito positivo brasileiro	64
2.3.1 Da revogação promovida pelo Decreto Federal nº 9.759/2019 ao Decreto Federal nº 8.243/2014: esse último promovia novo status aos conselhos de políticas públicas?	69
CAPÍTULO 3	
ANÁLISE APLICADA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO: O CASO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	75
3.1 Conselhos Nacionais como forma de participação.....	78
3.2 Do Conselho Superior do Ensino ao Conselho Nacional de Educação: a evolução da composição	90
3.3 A questão da representação das entidades da sociedade civil na composição da Câmara de Educação Superior do CNE	107
3.4 O processo de escolha dos Conselheiros da Câmara de Educação Superior e a participação de grupos de interesse pós-1996.....	109
CAPÍTULO 4	
A FORMA DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CNE: UMA LEITURA CRÍTICA.....	119
4.1 Questões de método para a realização do estudo de caso.....	120
4.2 Estudo de caso: uma leitura crítica	123
CONCLUSÃO	145
REFERÊNCIAS.....	149
ANEXO I	163
APÊNDICE I	221
APÊNDICE II	233
APÊNDICE III	235
APÊNDICE IV	239